

ILUSTRE SENHOR PREGOEIRO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA- CODEVASF.

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90052/2024/UASG 195006

A CONNECTCOM TELEINFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 00.308.141/0009-23, devidamente qualificada nos autos do Processo Licitatório em epígrafe, por meio de seu representante legal e com fulcro no artigo 165, inciso I, §4º da Lei 14.133/2021, vem a presença de Vossa Senhoria, para, tempestivamente, interpor estas

CONTRARRAZÕES AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Interpostos pelas empresas **GLOBALWEB OUTSOURCING DO BRASIL S.A;** **QUALIFICAR – GESTÃO TERCEIRIZADA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS E TECNOLOGIA EIRELI;** **TRULY TECNOLOGIA E INOVAÇÃO LTDA.;** e **ALGAR TI CONSULTORIA S.A**, doravante apenas Recorrentes, que por não terem quaisquer atos ou fatos que confrontem ou desabonem a lisura do rito de habilitação desta Recorrida, neste ato, apresenta-se esse instrumento único e ou conjunto, pelos fatos e fundamentos que seguem.

Pugna pela manutenção do resultado do certame, ratificado pelo Ilustríssimo Senhor Pregoeiro, pela IMPROCEDÊNCIA dos Recursos apresentados por ser tal medida de mais inteira, lúdima e irrefutável justiça!

CONNECTCOM TELEINFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Valter Santos Lima Junior – CEO - representante legal

I – DA FALTA DE PLAUSIBILIDADE E DOS PÍFIOS ARGUMENTOS TRAZIDOS NOS FUNESTOS RECURSOS APRESENTADOS PELAS RECORRENTES.

Trata-se de licitação promovida e organizada pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, tendo por objeto a contratação de “*empresa especializada em gestão documental para prestação de serviço de organização e sistematização da massa documental acumulada, digitalização de documentos, e o licenciamento de programa informatizado de gerenciamento de arquivos físicos e eletrônicos, no âmbito da Administração Central da Codevasf, em Brasília - DF.*”

Impende consignar que quando instada a apresentar sua documentação no sistema, esta Recorrida encaminhou, tempestivamente, toda a documentação correlata, incluídos nesta os documentos que comprovassem sua plena e íntegra capacidade jurídica, técnica e econômica, tudo isso formando-se os itens fundamentais para a sua devida habilitação.

Pois bem, fato esse endossado pelas próprias Recorrentes, que não apontaram quaisquer irregularidades na habilitação desta Recorrida, a não ser tentar professorar ao Ilustre Pregoeiro e a sua equipe técnica de apoio como esse deveria conduzir o certame no quesito conferência da exequibilidade documental, de preços e custos.

Todavia, nota-se que as Recorrentes por não terem se preparado à apresentação das suas melhores ofertas de preços, ou simplesmente por decidirem cegar-se as diretrizes basilares do instrumento convocatório (o Edital), usa da via recursal com argumentos que se descolam do critério objetivo exigido no certame e na própria Lei 14.133/21, como se fosse possível tentam desvirtuar o princípio da vinculação e por via de consequência o princípio da isonomia que são regentes à saudável competição e o festejado interesse público.

E não é só, dado o emaranhado de justificativas desconexas, tentam incluir em seus recursos, argumentos que relativizam as diretrizes objetivas do edital, no tocante a precificação e à cota legal de pessoas com deficiência, principalmente, minimizando o fato de que as empresas recorrentes não obedeceram aos critérios documentais e de precificação adequados, deixando também de demonstrar adequadamente as supostas irregularidades, sendo certa a intenção de tumultuar o certame e de professorar ao Pregoeiro (a).

Oras. Todas as alegações tratam-se de mera retórica, pois além de interpretar de forma equivocada o exigido no instrumento convocatório (“o Edital”) que é seguir o estudo de mercado e estabelecer as remunerações da equipe executora das atividades, **fato é que dentro do procedimento legal deste rito, trata-se de medida intempestiva, dada a impossibilidade de incluir novos parâmetros, por descaso e ou mera conveniência, lê-se medida preclusa, onde quaisquer dúvidas e ou máculas deveriam ser saneadas na fase de pré-questionamentos e ou impugnação administrativa, o que pelas Recorrentes salvo melhor juízo não aconteceu.**

Dito isso, em respeito ao rito do processo licitatório, são as considerações trazidas por esta Recorrida:

II – DOS FUNDAMENTOS

Prefacialmente, antes de se adentrar ao mérito, cabe ressaltar que as contrarrazões são apresentadas tempestivamente, pois, conforme consta no sistema licitatório as Recorrentes apresentaram suas razões de recurso em 18/11/2024, **abrindo-se**

o prazo de 03 (três) dias úteis para a prática do presente ato, conforme dispõe o artigo 165, inciso I, §4º da Lei nº 14.133/2021¹, findando-se o mesmo em 22/11/2024.

De outro lado, verifica-se, ainda, a presença dos requisitos de legitimidade e interesse desta Recorrida.

III –DOS PRINCÍPIOS E REGRAS QUE NORTEIAM O PROCESSO LICITATÓRIO – CERTAME

Impende consignar que o administrador público deve agir no seu *mister* em estrito cumprimento aos princípios norteadores da Administração Pública, **mormente aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e, sobretudo, visando a melhor forma de atender a primazia do interesse público, fim colimado pelo Estado.**

A Lei Federal de Licitações torna defeso qualquer tipo de subjetivismo ou de discricionariedade pelos agentes da Administração, **uma vez que os mesmos encontram-se jungidos ao princípio da legalidade, o qual determina que os atos a serem praticados estejam vinculados aos dados constantes da norma legal,** devendo os mesmos ser seguidos em suas minúcias especificadas em Lei, sob pena de invalidação do próprio ato desvirtuado da previsão legal, bem como ao princípio da vinculação ao edital, que obriga que os componentes das Comissões de Licitação submetam-se ao que foi estipulado pela norma editalícia. Frise-se que o Edital faz lei entre as partes, tanto para o Administrador quanto para o interessado (a).

¹ Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico, de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 desta Lei](#), da ata de julgamento;

§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

Tais princípios encontram-se insertos na Lei nº 14.133/2021, sendo vislumbrados no art. 5º do aludido Diploma Legal, verbis:

*“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, **da vinculação ao edital**, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#).*

Destarte, tendo os fatos preliminarmente explanados, passamos ao mérito que demonstra a legalidade, bem como, razoabilidade dos argumentos nesta aludidos.

IV – DOS INSUBSISTENTES ARGUMENTOS TRAZIDOS PELA RECORRENTES

Pois bem, cabe aqui a esta Recorrida, em sede do seu direito as contrarrazões exaltar o minucioso e detalhado trabalho empreendido pelo I. Pregoeiro e sua equipe técnica de apoio, não deixando espaço para qualquer reanálise de afetação do resultado atingido.

Lado outro, a conduta tumultuada das Recorrentes, que embora esta Recorrida reconheça os dispositivos legais e arcabouços da doutrina destacados em seus recursos, fato é que nem de longe se aplicam ao caso vertente, ou seja não colaboram em nada com aquilo que foi identificado enquanto as insanáveis irregularidades trazidas nas suas propostas de preços e arcabouço documentais.

Tudo isso visto, totalmente desalinhados ao previsto no Edital e que incorreram na falta de comprovação da inexecutabilidade desta empresa Recorrida, pós diligência, que para todos os efeitos de fato e de direito a decisão é impecável e deve se manter intacta.

E com hialina certeza, a Recorrida acostumada em que é em prestar serviços de alto nível de complexidade, inclusive para todas as esferas da Administração Pública, tem total domínio, comprovada lisura e experiência em ofertar não o menor preço, mas sim “o melhor preço”, seguindo todos os critérios e parâmetros do Edital, no entanto, lado outro, o que vimos neste certame por parte das Recorrentes, foi uma tentativa de incutir entendimento contrário às regras de precificação totalmente descontextualizadas, e pifiamente argumentadas em sede recursal.

A fim de não restarem quaisquer dúvidas a respeito do quanto diligenciado, destaca-se que esta Recorrida detém uma proposta no importe de 53,82% do valor global orçado no orçamento do Edital, estando plenamente dentro dos patamares destacados na cláusula 8.1.5 do Edital, nem sequer cogitando-se qualquer tipo de item inexecutável da proposta ora habilitada.

E por fim, também neste item, novamente resta demonstrado por parte das Recorrentes, tão somente uma tentativa de tumultuarem a conclusão do certame.

V - DAS ALEGAÇÕES DE DESCUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO LEGAL DE EMPREGABILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (ART. 93 da LEI Nº 8.213 de 1991):

Aduzem as Recorrentes, que esta empresa, ora Recorrida, descumpre as normas de contratação de Pessoas com Deficiência, o que, teoricamente,

vai de encontro ao quanto disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/91 e a da Lei nº 14.133/2021 que, parafraseando o recurso da empresa GLOBAL WEB, (...) *“entre outras inovações, traz a exigência de que os licitantes declarem cumprir, nos termos do artigo 63, IV, “as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas” como requisito de habilitação.”*(...)

Contudo, vale gizar que, como mencionado pela própria Recorrente, o art. 63, item IV da Lei nº 14.133/2021 menciona que a mera declaração do licitante, é instrumento satisfatório para comprovar a hígidez empresarial para a concorrência em certame.

Isto se deve ao fato de que a Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, tem caráter de transmitir a situação fática extraída do E-Social, sem considerar o *Turnover* de funcionários ocorrido no mês corrente.

Ademais, mister ressaltar também que a própria certidão supramencionada não possui data de validade, estando a certidão emitida à data da inscrição desta Recorrida no certame, devidamente regular, conforme consulta-se pelo código de verificação **bgSgHGXRgd81sy**e, evidenciando a escoreita manutenção das contratações de Pessoas com Deficiência.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS
LTDA

CNPJ: 00.308.141/0009-23

CERTIDÃO EMITIDA em 11/10/2024, às 10:57:45

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 07/10/2024, pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número **SUPERIOR** ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pdreab/verificar> com o código de verificação **b95gh500gd61sye**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 07/10/2024. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 07/10/2024 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas com pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social, conforme art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.
6. Esta certidão abrange todos os estabelecimentos do empregador.
7. O cálculo da cota e aferição de seu preenchimento são realizados conforme definido no Art. 86 da Instrução Normativa 02 de 8 de novembro de 2021. Para o cálculo da cota são excluídos da base de cálculo os aprendizes contratados e os afastados por aposentadoria por incapacidade permanente (aposentadoria por invalidez). O resultado fracionado terá seu arredondamento para o número inteiro superior. Não são contabilizados para o preenchimento da cota aqueles empregados com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social contratados na modalidade de aprendiz, de contrato intermitente e os afastados por aposentadoria por incapacidade permanente (aposentadoria por invalidez).

Tanto é verdade e se dá fé do quanto aqui se expõe, que esta Recorrente, se socorrendo do princípio da ampla defesa, junta em sede de contrarrazões também a declaração do médico do trabalho Dr. Eloy Cordeiro dos Santos – CRM/SP 92.529, responsável pela emissão dos atestados médicos ocupacionais desta Recorrida, o qual ratifica a existência de 39 pessoas com deficiência contratadas, evidenciando o cumprimento da cota de 4% sobre o total de empregados registrado em folha de pagamento.

Ainda que não fosse necessário, diante da estapafúrdia alegação das Recorrentes, mister colacionar a certidão supramencionada, **bem como, a certidão atualizada do Ministério do Trabalho e Emprego**, emitida em 22/11/2024 às 10h52:

**DECLARAÇÃO**

Eu, Dr. Eloy Cordeiro dos Santos – CRM/SP 92.529, declaro para os devidos fins e na qualidade de Médico Coordenador do PCMSO da empresa CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA, da matriz inscrita no cadastro de pessoa jurídica sob o número 00.308.141/0001-76, e de sua filial sob o número 00.308.141/0009-23, a totalidade de 969 empregados CLT ativos, o que nos remete ao cumprimento de 4% da cota de pessoas com deficiência (39 PCDs) e temos 41 pessoas nessa condição avaliadas com os respectivos laudos de suas deficiências.

São Paulo, 21 de Novembro de 2024

Assinado digitalmente por ELOY CORDEIRO DOS SANTOS:
1052026249
DN: c=BR, o=CTC-Brazil, ou=AC SOLUTI, email=v1,
ou=Receitas Externas, ou=Certificado Digital, ou=Certificado PE,
al=CN=ELOY CORDEIRO DOS SANTOS/1052026249
Razão: Eu atestei a veracidade e integridade deste documento
Localização: São Paulo - SP
Data: 2024.11.21 17:38:54 (UTC-03:00)
Formato: PGP Reader Versão: 11.0.1
Dr. Eloy Cordeiro dos Santos
Médico do Trabalho
CRM/SP 92.529 RQE 15318/98 SP
Médico Coordenador do PCMSO

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO**CERTIDÃO**

EMPREGADOR: CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA
CNPJ: 00.308.141/0001-76
CERTIDÃO EMITIDA em 22/11/2024, às 10:52:35

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 19/11/2024, pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número **IGUAL** ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidaoes.sit.trabalho.gov.br/pdtrab/verificar> com o código de verificação **p0h00zqfEYp0U7**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 19/11/2024. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 19/11/2024 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas com pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social, conforme art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.
6. Esta certidão abrange todos os estabelecimentos do empregador.
7. O cálculo da cota e aferição de seu preenchimento são realizados conforme definido no Art. 86 da Instrução Normativa 02 de 8 de novembro de 2021. Para o cálculo da cota são excluídos da base de cálculo os aprendizes contratados e os afastados por aposentadoria por incapacidade permanente (aposentadoria por invalidez). O resultado fracionado terá seu arredondamento para o número inteiro superior. Não são contabilizados para o preenchimento da cota aqueles empregados com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social contratados na modalidade de aprendiz, de contrato intermitente e os afastados

Ademais, tanto reflete a realidade, que o próprio Tribunal de

Contas da União já se manifestou favoravelmente a este raciocínio, conforme verifica-se em sede de jurisprudência do respectivo órgão fiscalizador, a saber:

(...) Por todo o exposto, entende-se que, na fase de habilitação do certame, **é suficiente a declaração da licitante de que cumpre a cota de cargos destinados a pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, sendo que no caso concreto, essa conduta está condizente com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório,** tendo em vista que o Edital do PE 90014/2024 estabeleceu que deveria ser apresentado apenas a declaração conforme subitem 4.4.4 (peça 13, p. 4), e o princípio da legalidade, **uma vez que o art. 63, inc. IV, da Lei 14.133/2021, da mesma forma, exige apenas a declaração do licitante** para habilitação nos procedimentos licitatórios.

(...)

Diante do exposto, entende-se que, durante a fase de habilitação social dos licitantes, **é suficiente a declaração da empresa de que cumpre a**

exigência de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e, assim, não é exigível uma análise aprofundada do pregoeiro acerca da veracidade dessa declaração, cabendo-lhe, tão somente, acatar todas as declarações, inabilitando apenas os licitantes que não apresentem a referida declaração.. (...)

(TC 024.057/2024-0. Tipo: Representação Unidade Jurisdicionada: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro. (CNPJ: 00.662.270/0003-20 e UASG: 183023))

(...) Não obstante a determinação legal, não há como penalizar a empresa, quando demonstrado que a não realização das contratações na quantidade exigida não dependeu de sua vontade. Isso pode acontecer, por exemplo, quando as atividades exploradas pelo empreendimento se mostram incompatíveis com a capacidade laboral do portador de deficiência ou reabilitado, impedindo-o de desempenhar a função que se encontra disponibilizada; ou quando, mesmo tendo sido tomadas as providências cabíveis, não surgem pessoas suficientes e aptas à contratação, dentro do percentual estabelecido pela lei. (...) Para as situações em que a empresa demonstra dificuldade em cumprir o número mínimo das contratações previstas no artigo 93 da Lei nº 8.213/1991, este Tribunal Superior tem afastado a aplicação de multa ou de qualquer outro tipo de penalidade.

(RR-1002208-62.2017.5.02.0001, 4ª Turma, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 13/08/2021)

Oras. Se o próprio Tribunal de Contas da União ratifica a literalidade da interpretação semântica da expressão “declaração” consubstanciada no art. 63, item IV da Lei nº 14.133/2021, não cabe às Recorrentes professorar ao(a) Pregoeiro (a), tão pouco, ser esta razão da decisão que classificou esta Recorrida ao Edital.

Ademais, partindo esta Recorrida do mesmo pressuposto, gize-se, funesto, cabe também expor em sede de contrarrazões que, em consulta à mesma certidão, verifica-se que a empresa **QUALIFICAR - GESTAO TERCEIRIZADA DE SERVICOS CORPORATIVOS E TECNOLOGIA LTDA.**, também não se qualificaria tecnicamente, uma vez que, em consulta, certifica-se que a recorrente empregava, em 18/11/2024, pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número **INFERIOR** ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: QUALIFICAR - GESTAO TERCEIRIZADA DE SERVICOS
CORPORATIVOS E TECNOLOGIA LTDA
CNPJ: 04.752.792/0001-01
CERTIDÃO EMITIDA em 21/11/2024, às 15:33:17

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 18/11/2024, pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número **INFERIOR** ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pdreab/verificar> com o código de verificação **CAVALERPHZUMKY6**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 18/11/2024. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 18/11/2024 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas com pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social, conforme art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.
6. Esta certidão abrange todos os estabelecimentos do empregador.
7. O cálculo da cota e aferição de seu preenchimento são realizados conforme definido no Art. 86 da Instrução Normativa 02 de 8 de novembro de 2021. Para o cálculo da cota são excluídos da base de cálculo os aprendizes contratados e os afastados por aposentadoria por incapacidade permanente (aposentadoria por invalidez). O resultado fracionado terá seu arredondamento para o número inteiro superior. Não são contabilizados para o preenchimento da cota aqueles empregados com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social contratados na modalidade de aprendiz, de contrato intermitente e os afastados por aposentadoria por incapacidade permanente (aposentadoria por invalidez).

Ao quanto exposto, *in fine* fato é que a Recorrida, na mão contrária das Recorrentes e atenta ao rito, atendeu plenamente a todas as exigências

postas no Edital, restando incontroversa sua capacidade jurídica, econômico-financeira e sua plena capacidade técnica em suportar os compromissos contratuais destacados no certame, e o que é de suma importância, não havendo dúvida que é a melhor opção ao festejado interesse público.

VI – DO PEDIDO

Ex positis, espera a Recorrida que seja mantida sua classificação e habilitação no processo licitatório do Pregão Eletrônico nº 90052/2024 UASG 195006, por ora tratado, sendo os recursos das Recorrentes, no mérito e por suas próprias infundadas razões, integralmente improvidos, em respeito aos princípios e notórios fatos que regem a licitação.

Outrossim, lastreada nas contrarrazões, na hipótese negativa em não ocorrendo o que ora se pleiteia, faça este subir, devidamente informando, à autoridade superior, em conformidade com a legislação em regência.

Ao final, que o processo de licitação em referência siga seu curso normal para que seja homologado o certame em favor da Recorrida com sua respectiva contratação na forma da Lei mediante Adjudicação do Pregão Eletrônico Nº 90052/2024 ASG 195006 junto a Ilustre DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA- CODEVASF.

Nestes Termos

Pede-se e Espera-se o Deferimento

Brasília, 22 de novembro de 2024.

CONNECTCOM TELEINFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Valter Santos Lima Junior – CEO - representante legal